v. 68, p. 682-702, jul./dez. 2026 http://doi.org/10.5380/dma.v68i.100076 e-ISSN 2176-9109

DMA Desenvolvimento e Meio Ambiente

Biblioteca Digital de Periódicos BDP | UFPR revistas.ufpr.br

Geopolítica do desenvolvimento sustentável: o discurso do agronegócio na apropriação da natureza brasileira

Geopolitics of sustainable development: the discourse of agribusiness in the appropriation of Brazilian nature

Emilio ROMANINI NETTO[1]*, Dimas FLORIANI[1]

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

* E-mail de contato: emilioromanini@hotmail.com

Artigo recebido em **16 de junho de 2025**

Versão final aceita em **20 de março de 2026**

Publicado em **10 de novembro de 2026**

Resumo: Uma vez que países latino-americanos perpetuam sua condição periférica de exportadores de commodities enquanto as nações do centro aumentam exigências normativas ambientais para importação, atores hegemônicos internos, em especial o agronegócio, passam a incorporar a retórica da sustentabilidade, ilustrando a geopolítica do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, este artigo realiza uma Análise Crítica do Discurso de atores hegemônicos com base em documentos da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), procurando identificar as contradições e as relações desiguais de poder como elementos constitutivos das formas de dominação e apropriação privada da natureza. O discurso analisado opera uma disputa na construção de significados nos sistemas agroalimentares ao enunciar a compatibilidade entre altos índices produtivos, acumulação privada de capitais, exportação de commodities e sustentabilidade. Ressignifica, assim, o processo de apropriação da natureza, sem problematizar contradições como racismo, machismo, subalternização de classe, conflitos territoriais e ambientais, fome e insegurança alimentar.

Palavras-chave: sistemas agroalimentares; sustentabilidade; ecologia política da agricultura; discurso ambiental.

Abstract: Latin American countries continue to occupy a peripheral role as exporters of commodities, while central nations are increasing their environmental import regulations. In response, internal hegemonic actors, particularly Agribusiness, begin to adopt sustainability rhetoric, illustrating the geopolitics of sustainable development. This article applies Critical Discourse Analysis to official Agribusiness narratives (especially those of ABAG) to identify contradictions and unequal power relations as key elements in the private appropriation of nature. The discourse analyzed promotes a symbolic construction in which high productivity, capital accumulation, commodity exports, and sustainability are compatible. This reinterpretation of nature's appropriation disregards structural contradictions related to racism, sexism, class subordination, territorial conflicts, hunger, and food insecurity.

Keywords: agri-food systems; sustainability; political ecology of agriculture; environmental discourse.

1. Introdução

O empirismo iluminista, na Europa do século XVII, concluiu que a grande tarefa humana seria subjugar e dominar tudo e todos os alheios às mentes brancas e masculinas dos pensadores dotados de todas as virtudes. Esta postura epistemológica e política obteve correlação objetiva à medida que a economia mercantilista e a estrutura do Estado se complexificavam e a *intelligentsia* avançava em oferecer teorias, técnicas e tecnologias que viriam a aumentar a produtividade do trabalho, o que culminaria na Revolução Industrial.

Desenvolvimento e Meio Ambiente usa uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Contudo, a prepotência na dominação da natureza através do trabalho (também dominado), da técnica e da tecnologia não conseguiu prever seu caráter depredador das condições que as permitiam existir. A conquista global do mundo baseada no modo de produção capitalista causou consequências alarmando o renomado Clube de Roma que encomendou ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) um estudo posteriormente publicado com título *The Limits to Growth*, em 1972 (Meadows et al., 1978). Por meio de modelos matemáticos, os pesquisadores do MIT concluíram que o planeta Terra não suportaria uma exploração *ad aeternum*, o que findaria o reino da felicidade burguesa (Pierri, 2005).

Portanto, o surgimento da questão ambiental deriva da preocupação própria de alguns capitalistas na condição e perpetuação do mundo como se conhece, e de maneira específica, com os lucros que conhecem. Neste contexto se propõe o conceito de *desenvolvimento sustentável* como a novidade capaz de coordenar políticas ambientais das nações enquanto os mecanismos de produção capitalistas se adaptam a tais critérios.

O pensamento radicalmente crítico ao modo de produção capitalista, que desde Marx já havia descrito uma primeira contradição fundamental do capitalismo, a luta de classes, identificaria a segunda contradição do capital, isto é, os limites ambientais para perpetuação do sistema econômico (O'connor, 2012). Pôde-se assim melhor interpretar o papel da divisão internacional do trabalho e o lugar que os territórios do capitalismo periférico cumprem na apropriação da mais-valia global numa condição de crescimento do domínio do capital financeiro.

A política que uma vez foi orientada para endividar as nações periféricas para que obtivessem indústrias desenvolvidas e assim acumulassem espaço nas vantagens comparativas, sofreu uma guinada a partir dos anos 1990 e, as nações latino-americanas sobretudo, ocuparam lugar de destaque na exportação de *commodities* com efeito de, no Brasil especificamente, reascender as oligarquias agrárias que, aliadas a setores da burguesia comercial e rentista, permitiram a volta do neoliberalismo em sua versão neofascista com grande apoio das massas.

No caso específico da produção de *commodities* agrícolas, o agronegócio (conjunto de atores hegemônicos), ainda que central para os países do centro capitalista, passou a estar sob pressão estrangeira para adequar-se às exigências ambientais de seus compradores. Revela-se assim um fenômeno característico ao que Enrique Leff (2021) chama de *geopolítica do desenvolvimento sustentável*. Ou seja, as nações periféricas têm a atenção da comunidade internacional para seguirem um tipo de rigor ambiental de maneira que se mantenham as relações de apropriação da natureza e dominação das classes subalternas historicamente estabelecidas.

Setores do agronegócio brasileiro passam então a fazer uma acepção positiva da questão ambiental e incorporar normas nacionais e internacionais em cadeias produtivas a fim de aumentarem as divisas econômicas, mas também

com a intenção de adentrar o debate público, disputar a representação entre diferentes produtores e melhorar sua imagem frente ao senso comum urbano.

Neste contexto, é necessário dar destaque ao caráter discursivo e semiótico dos mecanismos de dominação dos atores hegemônicos como dimensões constitutivas de sistemas de dominação. Assim, o objetivo geral deste artigo é desvelar a geopolítica do desenvolvimento sustentável contida no discurso do agronegócio brasileiro, como um fenômeno de perpetuação da crise socioambiental do capitalismo. Espera-se com este artigo poder enfatizar não somente os limites do esverdeamento do capital, mas também a dualidade entre a dimensão prática e a dimensão simbólica para a luta política por apropriação e reapropriação social da natureza.

Este artigo retoma parte das reflexões desenvolvidas na tese de doutorado do primeiro autor (Romanini Netto, 2024), com atualizações teóricas e empíricas, bem como nova abordagem analítica centrada na disputa discursiva em torno da sustentabilidade no setor agroalimentar.

Metodologicamente, a pesquisa foi realizada a partir de uma análise documental, à qual foi aplicada uma Análise do Discurso orientada pelas tarefas de:

a) identificar as contradições expressas pelo discurso hegemônico e
b) considerar as relações desiguais de poder na produção e reprodução discursiva.

O artigo está organizado em 5 tópicos a iniciar por esta introdução. A seguir, explana-se uma perspectiva sobre a gênese do capitalismo contemporâneo e a definição do conceito de geopolítica do desenvolvimento sustentável. Posteriormente define-se quem são os atores hegemônicos enunciadores do discurso estudado. Em seguida realiza-se a Análise do Discurso discutindo os elementos que definem a geopolítica do desenvolvimento sustentável no discurso do agronegócio. Enfim são tecidas considerações finais.

2. Capitalismo contemporâneo e a geopolítica do desenvolvimento sustentável

A formação do capitalismo global está intrinsecamente articulada à gênese da modernidade forjada no Renascimento e no Iluminismo. Nesse processo, o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho desencadeados pela Revolução Industrial é tão central quanto a reconfiguração da divisão internacional do trabalho instaurada pelas empreitas coloniais. Estas não constituem um momento anterior ou exterior ao capitalismo, mas o fundamento histórico da constituição do sistema-mundo moderno organizado na estrutura centro-periferia, como demonstram Wallerstein (2006) e Grosfoguel (2008).

A invasão europeia é também a precursora da racialização das mais variadas etnias nativas de África e América conformando a base para a dominação racial (Quijano, 2005) sendo o racismo a perpetuação simbólica da forma de

trabalho originária de espoliação das Américas, a escravidão (Césaire, 1977). Paralelamente, o colonialismo dissemina a divisão sexual do trabalho ocidental, tipicamente patriarcal, relegando o trabalho doméstico – o cuidado do ambiente familiar, o cuidado de não-trabalhadores e a perpetuação da reprodução do exército de trabalhadores – às mulheres. Esse trabalho, invisibilizado e não remunerado, constitui um pilar da organização social capitalista tanto no centro quanto na periferia (Federici, 2019).

Com isto, quer-se destacar que há uma interdependência estrutural entre a formação de um sistema-mundo que é, ao mesmo tempo, moderno capitalista colonial racista e patriarcal.

O processo de acumulação capitalista, particularmente, fundamentado na apropriação privada de terra (*enclosures*) depende necessariamente de perpetuar a expropriação de territórios de uso comunitário e torná-los mercadorias. Este processo definido como acumulação por espoliação (Harvey, 2004) é um mecanismo sobrepujante na divisão internacional do trabalho que relega à periferia do sistema capitalista o papel de nações primário-exportadoras, por um lado, e de consumidoras de tecnologia, por outro. Este padrão de acumulação foi definido na literatura por *extrativismo* (Gudynas, 2011; Delgado Ramos, 2014; Aráoz, 2016; Svampa, 2019; Infante-Amate et al., 2022).

A égide do extrativismo se choca com a consolidação da questão ambiental. Para responder às críticas da questão ambiental a Organização das Nações Unidas (ONU) cria em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e publica em 1987 o relatório *Our Common Future*, que apresenta pela primeira vez a ideia de *desenvolvimento sustentável*, interligando desenvolvimento econômico e preservação ambiental de forma interdependente (Pierri, 2005).

Enquanto na América Latina as ditaduras empresarial-militares enfrentavam alto endividamento e desgaste político, se criavam as condições para implantação do projeto neoliberal marcado pelo Consenso de Washington, em 1989, caracterizado pela financeirização da economia e a desregulação estatal. Como consequência se forma uma nova divisão internacional do trabalho pós anos 1990, onde as nações centrais passam a deslocar indústrias às nações periféricas (asiáticas) com intuito de amenizar a contradição capital-trabalho, também coordenam a desindustrialização e a reprimarização das economias periféricas latino-americanas aproveitando dos altos preços das *commodities,* o que Maristella Svampa (2012) irá chamar de Consenso das *Commodities*.

Tal reprimarização significou a reorientação para atividades extrativas que remontam o modelo colonial de dominação centro-periferia marcando a fase do *neoextrativismo* (Aráoz, 2016, Svampa, 2019). Em específico o Brasil, desde o início do século XXI, se consolida como uma das maiores nações em exportação de *commodities* minerais e agrícolas em uma dinâmica onde o capital estrangeiro coordena o padrão de investimento e tecnologia associado a permanente apropriação de terras. Contraditoriamente, este projeto de subordinação ao capital financeiro subsidiado pelo Estado coexiste com as

demandas recentes de metas ambientais rigorosas e agendas de esverdeamento do capital e sustentabilidade (Gudynas, 2011; Delgado Ramos, 2014; Aráoz, 2016; Svampa, 2019; Infante-Amate et al., 2022).

Neste contexto avalia-se que o desenvolvimento sustentável, em sua gênese e formulação discursiva, carrega uma contradição fundamental: enquanto se apresenta como solução conciliadora entre crescimento econômico e preservação ambiental, ele se inscreve em uma lógica de apropriação e mercantilização da natureza. A sustentabilidade, nesse contexto, surgiria como uma estratégia para naturalizar a exploração "conservacionista", onde a biodiversidade é reconfigurada como capital genético, ecoturístico ou funcional, ocultando seu significado cultural e ecológico mais profundo (Leff, 2021).

Como já havia sido alertado por Marx, o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista depende da apropriação privada da terra, do território e sobretudo do trabalho, que nada mais é do que o trabalho alienado, desprovido de sua atividade vital, sua natureza (Marx, 2004). Ocorre então que a perpetuação da acumulação capitalista (seja liberal ou desenvolvimentista) reproduz a falha (*rift*) no metabolismo entre a sociedade e natureza, ou o que Marx chamou de metabolismo social (*Stoffwechsel*) (Foster, 2005, Foladori, 2001, Toledo, 2013). Portanto, a crítica radical ao modo de produção capitalista antecipou a questão ambiental demonstrando que a crise socioecológica é inerente ao capitalismo.

Encontramos assim o que Leff (2021) intitula como *geopolítica do desenvolvimento sustentável*, isto é, a incorporação do discurso ambiental às estratégias de expansão capitalista global. Neste contexto, o caráter discursivo do desenvolvimento sustentável revela-se, assim, como uma "política de representação" que constrói identidades e legitima estratégias de poder para a apropriação dos recursos naturais. Ao substituir a violência direta por mecanismos simbólicos de exploração, a sustentabilidade se torna um dispositivo que reorganiza as relações entre a sociedade, a natureza e o mercado. Essa operação simbólica reafirma a colonialidade do poder ao transformar sujeitos e ecossistemas em instrumentos da expansão capitalista (Leff, 2021).

A partir da conjuntura exposta defende-se aqui que analisar os atores hegemônicos desde sua construção discursiva contribui para o desencobrimento de suas capacidades retóricas como um insumo ímpar. Isto porque, está inscrito na gênese do sistema-mundo que a dominação material não se perpetua sem sua dominação simbólica, como revela Césaire (1977) sobre o colonialismo, Escobar (1998) sobre o desenvolvimento ou Floriani (2016) sobre a sustentabilidade. Pesa ainda o fato de que a reprimarização das economias reforçou o colonialismo interno (Porto-Gonçalves, 2015) reascendendo as oligarquias agrárias que, aliadas a setores da burguesia comercial e rentista, permitiram a volta do neoliberalismo em sua versão neofascista com grande apoio das massas.

O agronegócio é um dos principais agentes dessa dinâmica na América Latina, integrando-se à geopolítica do desenvolvimento sustentável como

veículo de modernização econômica e exploração ambiental. Reivindicando a sustentabilidade, promove práticas extrativistas e concentra poder nas mãos de corporações transnacionais, mascarando os impactos socioambientais com retóricas de responsabilidade ecológica e eficiência produtiva. Essa articulação aprofunda as relações de subordinação.

Entretanto, a incorporação do discurso ambiental na disputa por sistemas agroalimentares não é nova e nem exclusiva de setores hegemônicos. Em específico na América Latina existe uma sólida construção contestatória dos efeitos ambientalmente deletérios do desenvolvimento capitalista que teria em Chico Mendes um dos símbolos desta luta. Em verdade, desde a década de 1980 eclode uma série de mobilizações sociais organizadas por camponeses, povos indígenas e afro-americanos que associam a defesa da natureza à defesa por terra e território e vida digna (Porto-Gonçalves, 2015, Leff, 2015).

Neste cenário emerge também o *movimento agroecológico*, como um produto de ONGs, técnicos e movimentos sociais do campo consolidando formações discursivas contestatórias à hegemonia do agronegócio no campo brasileiro por um lado, e por outro, positivando formas de agricultura alternativas e sustentáveis (Luzzi, 2007, Altieri & Toledo, 2011, Gonzáles de Molina et al., 2021).

Neste contexto, o discurso do desenvolvimento sustentável não apenas reflete, mas reproduz a lógica capitalista que subordina a periferia ao centro. Ao incorporar a questão ambiental como ferramenta de expansão econômica, ele transforma a sustentabilidade em um mecanismo de controle e apropriação, camuflando as contradições do sistema e perpetuando as desigualdades estruturais. Nesse contexto, a retórica do agronegócio como modelo de desenvolvimento sustentável consolida-se como estratégia-chave para reafirmar a hegemonia global sobre os territórios e recursos latino-americanos.

3. Agronegócio, hegemonia e discurso

A mercantilização de espécies vegetais sempre esteve em destaque na exploração econômica do território Pindorama a ponto de batizar a nação em formação, da madeira avermelhada, de alta capacidade abrasante, pau-brasil, fundando a sociabilidade pós-cabralina Brasil. Apesar dos minérios terem ocupado também centralidade, a colônia brasileira serviu como base para exploração de cana-de-açúcar, e depois o café. Entretanto, como destaca Maria Yeda Linhares (1996), nem só de cana e café viveu o Brasil colônia, nem hoje vive somente de soja, milho e carne. Com isto, quer-se destacar que a formação dos sistemas agroalimentares brasileiros é definida por sua heterogeneidade estrutural (Escher, 2020), composta por uma diversidade de atores, saberes e práticas que, sob o julgo da colonialidade moderno capitalista, operam disputas por apropriação e reapropriação social da natureza (Romanini Netto, 2024).

Ocorre que, de maneira tipicamente colonialista, a burguesia agrária bra-

sileira (herdeira das capitanias hereditárias) se modernizou e industrializou durante o desenvolvimentismo e intensificou o processo de apropriação privada de terras (*land grabbing*) após o *boom* das commodities o Brasil se consolidando como um dos maiores exportadores de produtos agrícolas (Tixilinski, 2022, Jeziorny et al., 2024, Lins, 2025). Entretanto, o que se convencionou a chamar de agronegócio não representa o todo do espaço agrário brasileiro, e sim uma articulação entre oligarcas, empresários, multinacionais e agentes públicos com margem de poder para impor sua agenda econômica e, mais recentemente, ambiental.

Importado diretamente da Escola de Negócios de Harvard, o termo *agribusiness* traduzido literalmente para o português seria utilizado pela primeira vez na fundação da entidade de classe que reuniu as principais organizações patronais, em maio de 1993, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) (Sauer, 2008, Pompeia, 2021). Esta nova identidade nasce com objetivo de reconstruir a representação dos setores patronais desgastados frente a imagem latifúndio atrasado representado pela antiga União Democrática Ruralista (UDR) (Sauer, 2008).

O agronegócio, longe de significar uma unidade no setor patronal da agricultura, é constituído de disputas internas e distintas agendas políticas, entretanto pode-se generalizar que seus atores seguem à risca as determinações do mercado financeiro e das multinacionais de insumos agrícolas assim como possuem larga influência nos poderes legislativos e executivos (Pompeia, 2021).

A pesquisadora Regina Bruno (2010) sintetiza a construção política da palavra agronegócio em cinco esquemas retóricos:

i) O agronegócio como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza;

ii) O agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos;

iii) A crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio e,

iv) O princípio da valorização de si e desqualificação do outro; e

v) O imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses (Bruno, 2010).

No contexto da modernização e mercantilização da agricultura Cabral et al. (2022) destacam que os atores hegemônicos na agricultura reproduzem narrativas de sucesso da ciência e tecnologia e do rendimento da produção coadunados aos interesses das corporações multinacionais do setor agropecuário em um quadro de poder desigual de produção de narrativas frente a outros atores.

Outro aspecto de disputa simbólica encampado pelo agronegócio repousa no assédio às formas familiares e camponesas de agricultura, as quais tornaram-se um "nicho de mercado" aos conglomerados multinacionais e os

complexos agroindustriais que disputam e tencionam materialmente (com tecnologias inovadoras e alta produtividade) mas também simbolicamente (como fetiche à modernização da agricultura mas também cultura de consumo) os modos de vida que resistem à dominação (Niederle & Wesz Junior, 2022; Severo, 2023).

Assim, pode-se destacar que as distintas organizações[1] representantes de atores hegemônicos na agricultura possuem permeabilidade e influência na disputa da construção de práticas e significados de outros sistemas agroalimentares. Disto, revela-se dois elementos. O primeiro é que sistemas agroalimentares dominantes não possuem sistemas simbólicos consolidados *a priori*, ou simplesmente porque são dominantes. Isto é, atores dominantes são postos, permanentemente, a reconstruir articulações para consolidar sua posição dominante *perante a outros atores* do sistema agroalimentar, sejam estes aliados ou opositores (Romanini Netto, 2024).

Este processo é ilustrado pelo próprio surgimento do termo agronegócio como narrativa de sucesso e vanguarda de que mencionam Sauer (2008) e Cabral et al. (2022). Também é possível demonstrar este movimento por meio das articulações feitas por organizações do agronegócio com atores da indústria de alimentos processados, debatidos por Pompeia e Schneider (2021), assim como pelas articulações de organizações do agronegócio com políticos conservadores e de extrema direita, debatidos por Bruno (2017).

4. Ecologia política do discurso do agronegócio

4.1. Metodologia

Defende-se aqui uma concepção não-dicotômica da relação entre o mundo material e o mundo das ideias, mas sim dual. Isto quer dizer que existe uma recursividade e reflexividade entre a construção do sujeito e os sistemas de práticas e signos que existem anterior e além do sujeito, mas também de como o sujeito é capaz de ativamente (re)construí-las a partir de certas condições (Romanini Netto, 2024).

Em formações sociais periféricas, coloniais e diaspóricas, as cadeias de significados são interpeladas por estruturas de dominação que produzem uma relação de poder de significação desigual, onde certos atores são submetidos a processos de subordinação e opressão cruciais para sua construção relacional de significado. Neste contexto, tanto Stuart Hall (2003) quanto Laclau e Mouffe (2015) resgatam a noção althusseriana de sobredeterminação para

1 Além da ABAG, são atores influentes no campo político: a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida popularmente como a "bancada ruralista" no poder legislativo), a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, que é a forma nacional de organização do sindicato patronal da agricultura), o Conselho Agro (Conselho das Entidades do Setor Agropecuário), o IPA (Instituto Pensar Agropecuária, reunindo *think tanks* da área), a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), entre outras (Pompeia & Schneider, 2021, Bruno, 2017).

explicar como funcionam as *estruturas em dominância*. Assim, pode-se interpretar que os discursos hegemônicos são sobredeterminados pela diferença colonial, pela luta de classes, pelo racismo e pelo machismo, mas também antropocentrismo da modernização tecnológica e pela frieza lógica e competitividade desumana da racionalidade econômica.

Como interpreta Fairclough (2012), a linguagem é um processo integrante da construção social da dominação. O autor partilha com Laclau e Mouffe (2015) a percepção de que uma formação de um *bloco hegemônico* depende de sua capacidade de articular uma formação discursiva e positivar sua condição de dominância. Entretanto, concordam os autores, invariavelmente a formação discursiva dominante se depara com formações discursivas contestatórias, o que obriga a reformular suas articulações.

Pode-se afirmar que o agronegócio resulta em uma formação discursiva hegemônica e, por ser chocado com a questão ambiental, vive um processo de rearticulação entre atores e discursos, que estão em análise neste texto.

De maneira específica, será dado destaque a materialidade do discurso emitido por organizações de classe e/ou movimento social. Estes atores coletivos possuem a característica de proporem sistemas de representação (e, portanto, ideologias), e possuírem, para mais ou para menos, capilaridade entre as bases sociais assim como, serem responsáveis por articular sujeitos por meio de formações discursivas. Tais formações discursivas têm o papel de disputar a maneira como os atores constroem práticas e dão sentido a estas práticas.

Inspirado em Fairclough (2012), a Análise do Discurso realizada seguiu metodologicamente as tarefas de:

a) identificar as contradições expressas pelo discurso hegemônico e

b) considerar as relações desiguais de poder na produção e reprodução discursiva.

Para fins de operacionalização analítica, partiu-se da identificação de enunciados-chave presentes nos documentos selecionados, especialmente aqueles relacionados às noções de sustentabilidade, carbono, segurança alimentar, governança ambiental e competitividade internacional do agronegócio. Esses enunciados foram analisados considerando aspectos como:

(i) a construção semântica dos conceitos mobilizados pelo discurso,

(ii) as estratégias discursivas de legitimação, deslocamento ou ressignificação presentes nos textos e

(iii) o silenciamento ou marginalização de temas potencialmente contraditórios ao discurso dominante.

Destacou-se também a posição institucional dos enunciadores do discurso e o contexto em que o ator e/ou o discurso, sendo assim possível expor as articulações que consolidaram o bloco hegemônico em movimento. Este processo foi realizado com base na análise documental de registros de uma organização representativa dos atores hegemônicos, a Associação Brasileira do

Agronegócio (ABAG). Como ponto de partida, adotou-se a análise dos Anais do 20° Congresso Brasileiro do Agronegócio ocorrido no ano de 2021, nos moldes da tese de doutorado do autor principal (Romanini Netto, 2024). O congresso referido não só abordou como temática central a questão ambiental e a sustentabilidade, como revelou, ao mesmo tempo, uma acepção positiva do problema ambiental, e um importante documento de disputa de sentido sobre como serão executadas as políticas ambientais e a postura dos agentes privados em relação ao cenário.

Nesse contexto, o presente artigo, além de sintetizar a análise realizada por Romanini Netto (2024), também a complementa ao trazer uma atualização do debate ambiental com base nos Anais dos últimos quatro congressos realizados pela ABAG (CBA, 2022, 2023, 2024, 2025), compondo uma síntese crítica do andamento do debate nos últimos anos à luz dos objetivos anteriormente expostos.

4.2. Análise do discurso

4.2.1. O discurso ambiental do CBA 2021

Intitulado "Nosso Carbono é Verde", o 20º Anais da ABAG conta com 70 páginas, das quais 16 são dedicadas à publicidade de marcas pertencentes a multinacionais do setor de insumos agrícolas, montadoras e instituições financeiras. O evento é organizado pela ABAG em colaboração com a B3, a bolsa de valores brasileira, que em 2017 foi classificada como a quinta maior bolsa de mercado de capitais e financeiro do mundo (Moreira, 2017).

Dividido em 16 tópicos, o documento conta com a exposição de atores lideranças do agronegócio brasileiro, desde políticos a CEOs de empresas. Dentre os tópicos, conta com três painéis debatedores, sendo eles: Painel 1 – Energia Limpa e Sustentável; Painel 2 – Brasil Verde e Competitivo; Painel 3 – O Futuro do Agro no Comércio Mundial. Além de ser fruto da parceria entre a ABAG e a B3, o evento conta com o Patrocínio "Master" de oito empresas nacionais e multinacionais, sendo estas duas do setor da agroindústria de carnes, cinco empresas multinacionais do setor de insumos (agrotóxicos, fertilizantes e sementes) e um banco nacional de capital aberto.

Além das oito empresas citadas, o documento registra somente com o termo Patrocínio, logo abaixo, mais dezoito (18) empresas, dentre estas, uma autarquia ligada ao Ministério das Relações Exteriores, uma corretora norte-americana de ações, três multinacionais montadoras de caminhões e máquinas agrícolas, uma do setor da agroindústria de carnes, três bancos de capital aberto, uma multinacional da indústria petroquímica, uma multinacional do ramo de processamento de embalagens, cinco empresas multinacionais do setor de insumos e uma cooperativa agropecuária brasileira e o sistema de cooperativas do Brasil.

Ao tomar o tema do CBA (2021), *Nosso carbono é verde*, carbono se refere a um dos principais elementos da questão ambiental global que é a emissão

de CO_2 na atmosfera advindo da queima de combustíveis fósseis, entre outras formas de carbono (madeira, carvão, açúcar, etc.) mas também resultado do intenso desmatamento das últimas cinco décadas, prática esta que, além de interromper a capacidade de estocagem de carbono pelas florestas (através da fotossíntese) libera CO_2 para atmosfera ao promover a degradação da matéria orgânica do solo, prática esta corriqueira da agricultura convencional resultado da aração e gradagem dos solos. Assim como o CO_2, outros gases liberados na atmosfera são incrementadores do efeito estufa, um grande causador das mudanças climáticas.

O 20º CBA ocorre no 16º mês da pandemia de COVID-19 e no terceiro ano do governo Bolsonaro, um período marcado por inúmeras agressões ao meio ambiente e aos povos e comunidades tradicionais. Um exemplo emblemático foi a ação coordenada, em agosto de 2019, para incendiar áreas de floresta, pastagens e terras invadidas na Amazônia (Machado, 2019). O episódio, conhecido como "Dia do Fogo", evidencia o descaso do governo Bolsonaro e o interesse de seus aliados na expansão da fronteira agrícola sobre a Floresta Amazônica. Nesse mesmo ano, os focos de incêndio na região aumentaram 82% em relação a 2018, culminando em um fenômeno alarmante: a formação de uma espessa nuvem de fumaça que escureceu São Paulo, uma das maiores metrópoles do país, situada a aproximadamente 2.500 quilômetros dos incêndios (Dantas, 2019). Dados indicam que, entre janeiro de 2019 e janeiro de 2020, o desmatamento na Amazônia brasileira cresceu 74% (Fonseca et al., 2020).

Nesse cenário, os *Anais* do 20° CBA busca distanciar-se da imagem negativa gerada pelos eventos mencionados, entre tantos outros. Logo na introdução, Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da ABAG, manifesta-se de forma enfática. *A imagem negativa do país no exterior se consolida. (...). Não precisa ser um mestre em relações internacionais para entender a gravidade dessa situação e os possíveis impactos no longo prazo sobre os produtos com a marca* made in Brazil. (CBA, 2021, p. 8).

O deputado Sérgio Souza, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), é o responsável por conduzir a seção "*Melhorar a imagem do Agro*", evidenciando a sintonia entre a FPA e a ABAG na estratégia de apropriação do debate ambiental.

A vinculação do agronegócio à sustentabilidade tem sido uma das principais pautas do discurso hegemônico. Há uma pressão externa para que as *commodities* agrícolas brasileiras estejam alinhadas a critérios ambientais, como a conservação da Amazônia, considerada patrimônio global. Nesse contexto, o discurso dominante projeta a ideia de que a liderança na conservação dos recursos naturais deve partir da iniciativa privada. Contudo, para que isso aconteça, os significados de *sustentável* e *sustentabilidade* precisam ser disputados, um processo que remonta à ECO-92 (Pieri, 2005) e se estende até a RIO+20 (Floriani, 2016).

Este é o contexto em que aparece o conceito de ESG (*Environmental, Social and Governance*). Para Gilson Finkelsztain, presidente da B3, ESG representa um conjunto de *instrumentos financeiros para viabilizar a canalização dos recursos do mercado de capitais* (CBA, 2021, p. 14).

A ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Teresa Cristina, indicada pelo governo Bolsonaro, interlocutora da seção Líder da Agenda Sustentável explica: *ESG, essas três letrinhas direcionam cada dia mais os modelos de negócio e de solução. Aliar melhores práticas de governança, cuidar do meio ambiente e ter responsabilidade social já faz parte do presente. Temos de ampliar essa realidade* (CBA, 2021, p. 18).

ESG se encontra no cerne da geopolítica do desenvolvimento sustentável. Enquanto a sigla é promovida como um modelo que alia governança responsável, cuidado ambiental e responsabilidade social, sua aplicação prática revela uma estratégia de mercantilização e financeirização da sustentabilidade. A declaração do presidente da B3, que reduz o ESG a *instrumentos financeiros para viabilizar a canalização dos recursos do mercado de capitais* (CBA, 2021, p.14), expõe a primazia da lógica econômica sobre os objetivos sociais e ambientais que o conceito deveria priorizar.

Finalmente, pondera-se que o agronegócio como formação discursiva se coloca como representante do principal modelo de sistema agroalimentar do país se projetando para o "mundo" a partir da narrativa de que o agronegócio alimenta o planeta. Alysson Paolinelli, ex-ministro da agricultura durante a década de 70 (período da ditadura militar e de grande expansão da modernização da agricultura), homenageado no evento 20° CBA e candidato ao Prêmio Nobel daquele período expõe suas expectativas: *Essa é uma responsabilidade que sentimos muito grande, de não perdermos esse movimento de colocar o Brasil no primeiro mundo na produção de alimentos* (CBA, 2021, p. 23).

Existe uma forte confiança no discurso hegemônico que a produção e circulação de alimentos orientados para exportação, comercializados como *commodities*, são fundamentais para segurança alimentar, tanto do Brasil quanto do globo. O documento CBA (2021) ilustra bem a construção desta narrativa:

> *Até os anos 70, o Brasil importava alimentos básicos. Então, Paolinelli assumiu o Ministério da Agricultura e, junto com seus amigos do próprio Ministério, da Embrapa e de institutos de pesquisa no Brasil inteiro, montou um programa de tecnologia tropical sustentável. Nesses 50 anos, o Brasil se transformou num dos maiores exportadores mundiais de alimento, energia e fibras. Exportamos para mais de 170 países e temos o maior saldo comercial da agropecuária do planeta* (CBA, 2021, p. 22).

O conceito de segurança alimentar, mais uma vez, é associado à capacidade do país de fornecer commodities ao mercado internacional. Embora a preocupação com a qualidade seja mencionada por diversos interlocutores, sobretudo em resposta à demanda dos consumidores, o texto não detalha como esse aprimoramento será viabilizado. Em vez disso, enfatiza a necessidade de otimizar os recursos naturais e alinhar-se à agenda ESG.

Apesar de o Brasil ter registrado um número alarmante[2] de pessoas em situação de insegurança alimentar durante o período de realização do 20º CBA (Rede Penssan, 2022), a palavra *fome* aparece no documento apenas uma vez. Curiosamente, isso ocorre em um aparente lapso de senso crítico da apresentadora Renata Maron, que afirma: *Lamentavelmente, durante a maior safra 2020/21, também enfrentamos a maior fome.* (CBA, 2021, p. 7).

4.2.2. Análise complementar longitudinal: CBA 2022 – 2025

Nos CBAs seguintes a preocupação com a imagem do agronegócio permanece. Em específico nos eventos CBA (2022, p. 22, 28) e (2023, p. 37) volta-se a mencionar preocupações com o desmatamento ilegal, que possui íntima relação com a estocagem de carbono, grande protagonista do discurso ambiental do agronegócio. O desmatamento ilegal fere a balança de estocagem de carbono com duas grandes consequências geopolíticas: cria tensão em mercados consumidores conscientes (como o europeu), e perde-se as vantagens comerciais no referido mercado de carbono.

O desmatamento ilegal é um potencial exemplo de disputa interna entre grupos do agronegócio, onde, por um lado, setores que perpetuam o *land grabbing* nas fronteiras agrícolas (Matos & Pessoa, 2014; Frederico & Almeida, 2025), por outro, setores que, como a ABAG e a B3, apostam na solução técnica e financeira.

Enfim, o debate do desmatamento ilegal revela, em verdade, a preocupação em manter laços comerciais coesos, os mesmos laços que aprofundam a condição periférica no sistema capitalista ao mesmo tempo em que rebate as críticas ao setor e recupera a hegemonia discursiva sobre a agricultura brasileira. O CBA (2025) é ilustrativo, pois o evento ocorre após os tarifaços incididos pelo governo Trump e o documento não tece nenhuma análise crítica às decisões americanas, tão somente apela, do título do evento às minuciosas falas, às alianças no mercado privado. Isto pode ser evidenciado em um cenário em que, apesar da China ser uma das maiores importadoras de *commodities* brasileira (Escher & Wilkinson, 2019; Leite & Rodrigues, 2024) a tecnologia agropecuária deriva de multinacionais sediadas na Europa e EUA (Hettwer, 2022; Pacheco, 2023),

A tendência de eleger o carbono protagonista do discurso ambiental da ABAG e parceiros é confirmada nos eventos seguintes. Do ponto de vista técnico, os CBAs de 2022, 2023 e 2024 celebram as práticas de plantio direto e Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF) que promovem a fixação de carbono nos sistemas agrícolas. Entretanto, o diferencial discursivo é transformar a fixação de carbono em valor rentável, como afirma Joaquim Leite, Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro: *Esse é o caminho para sair de um passivo ambiental e seguir para um ativo ambiental* (CBA, 2022, p. 11).

2 Em relatório mais recente, a Rede PENSSAN (2024) aponta que mais de 33 milhões de brasileiros convivem com a fome, e mais da metade da população sofre com algum grau de insegurança.

O grande gargalo apontado nos documentos é em relação a métrica para se avaliar a estocagem de carbono e a disputa para reconhecer a diferença entre a agricultura temperada e tropical. Meses antes da COP 30 o CBA (2025) divulga:

> *Com a valorização das métricas diferenciadas entre o mundo tropical e o temperado, somada à integração, oferta de biocombustíveis, revolução tecnológica nacional, capacitação e a excepcional produtividade, o agro se mostra grande demais para não ser importante.* (CBA, 2025, p. 5).

Ainda, foi comemorado certos avanços em relação a financeirização de ativos ambientais. É mencionado sobre o CBIOs (Créditos de Descarbonização) (CBA, 2022, p. 10), fundos (CBA, 2022, p. 26) e títulos verdes (CBA, 2024, p. 36) que aqueceram o mercado financeiro tematizando a questão ambiental.

A integração dos critérios ESG emergiu como vetor central para as certificações ambientais na cadeia da soja brasileira, alinhando práticas produtivas a padrões globais que valorizam a sustentabilidade. Iniciativas como a Round Table on Responsible Soy (RTRS) incorporam métricas ESG, exigindo rastreabilidade, redução de desmatamento e conservação de biomas, o que eleva o valor de mercado dos ativos certificados e atrai investidores institucionais preocupados com riscos reputacionais. Por outro lado, a certificação e auditoria da soja não cumpre a função social de proteger comunidades locais, a terra e a água (Schilling-Vacaflor et al., 2021).

As certificações ganham impulso com o European Green Deal, mencionado no 22° CBA (2023, p. 8 e 14), especialmente via EUDR (European Union Deforestation Regulation), que impõe conformidade rigorosa, como prova de ausência de desmatamento após 31/12/2020 e rastreabilidade georreferenciada para exportações à EU (Instituto Centro De Vida [ICV], 2024).

David e Camana (2023) avaliam a governança ambiental da certificação da soja, em geral, tem se dado majoritariamente por arranjos corporativos voluntários, nos quais cada empresa define suas próprias metas e critérios de sustentabilidade. Essa fragmentação gera uma cacofonia de normas que, embora revestidas de neutralidade técnica, expressam interesses privados e ocultam os limites estruturais do modelo agroexportador.

Ainda, sobre a questão da segurança alimentar, a narrativa se estende nos congressos posteriores e pode ser ilustrada pelo trecho da fala de Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), no 23° CBA (2024):

> *Não se pode ter fronteiras para alimentos. Nessa nova ordem mundial, o governo precisa ser forte, nos posicionando e buscando acordos. O Brasil é competitivo, tem água, solo, clima, insolação e uma população vocacionada para produzir alimentos. Há bilhões de pessoas sem acesso aos alimentos. No médio e no longo prazo, vamos ser ainda mais importantes no fornecimento de proteínas, que é o que o mundo está pedindo.* (CBA, 2024, p. 22).

Tal narrativa se associa à perspectiva de abastecimento global de *commodities* agrícolas perpetuando a ausência do debate sobre a insegurança alimentar e a fome em território brasileiro.

4.2.3. Síntese da análise discursiva

O discurso do agronegócio brasileiro evidencia uma contradição central: enquanto projeta uma imagem de eficiência produtiva e protagonismo global na segurança alimentar, ignora as realidades internas de fome e insegurança alimentar que afetam milhões de brasileiros. A narrativa de "alimentar o mundo" através da exportação de *commodities* privilegia a lógica do mercado internacional, mas desconsidera o impacto local desse modelo, tanto em termos sociais quanto ambientais. A omissão de estratégias claras para melhorar a qualidade da produção agrícola, aliada ao enfoque na agenda ESG como solução genérica, reforça a impressão de que o discurso serve mais como legitimação simbólica do agronegócio no cenário global do que como resposta às necessidades concretas de segurança alimentar e justiça socioambiental no país.

Nota-se que, apesar das mudanças temáticas e do vocabulário técnico-ambiental mais sofisticado nos CBAs recentes, permanece uma contradição estrutural entre o discurso de sustentabilidade e a manutenção de um modelo agroalimentar centrado na monocultura, uso intensivo de agrotóxicos, defesa da propriedade privada e omissão sistemática dos conflitos socioambientais no campo. Essa continuidade discursiva reforça a tese de que o setor busca se inserir hegemonicamente no debate ambiental a partir de uma retórica de inovação e governança que mascara os impactos sociais e ecológicos de sua atuação.

Pode-se avaliar que o discurso ambiental enunciado pela ABAG e parceiros, tende à financeirização das metas de sustentabilidade (sendo a redução na emissão de carbono uma das mais importantes) como incentivo às práticas sustentáveis. Do ponto de vista geopolítico, demonstra-se (explicitamente pela última citação) o objetivo do setor em ganhar vantagem comercial em função da biodiversidade tropical.

Por outro lado, revela um projeto de intensificação das desigualdades por meio da exclusão da grande maioria de pequenos produtores incapazes de penetrar no mercado financeiro, assim como, na exclusão de reconhecidos atores responsáveis pela maior parte de fragmentos florestais, os povos originários e comunidades tradicionais (Oviedo & Doblas, 2022, Lu et al., 2010, Food And Agriculture Organization of The United Nations [FAO], 2023).

5. Considerações finais

A análise do discurso revela o caráter simbólico e semiótico da disputa pela apropriação social da natureza. Isso se deve ao fato de que as formações discursivas examinadas desempenham um papel estratégico: por meio de sua retórica, articulam diferentes atores com o objetivo de consolidar um bloco

histórico coeso. Esse processo, que ocorre de maneira simultânea, permite não apenas a representação desses atores, mas também a conquista de poder na arena política.

Este artigo contribui com o campo da ecologia política e dos estudos críticos do discurso ao oferecer uma análise empírica atualizada da estratégia discursiva de atores hegemônicos no sistema agroalimentar brasileiro. Ao articular a Análise Crítica do Discurso com a categoria de geopolítica do desenvolvimento sustentável, propõe-se um olhar que integra economia política, semiótica e disputas por representação, em diálogo com os debates atuais do tema (Pompeia & Schneider, 2021).

Foi possível destacar que a ABAG e parceiros, autores da formação discursiva hegemônica analisada, seguem tendências do debate geopolítico global sobre a questão ambiental, ecoando palavras consolidadas nos países centrais do capitalismo, como ESG, as quais procuram equacionar o mesmo padrão de acumulação e circulação privada de capitais com técnicas, tecnologias e retóricas de vanguarda no campo da sustentabilidade.

O discurso hegemônico se revela alinhado às estruturas em dominância, sobretudo, quando se nota a ausência das diferenças culturais em sua retórica. Neste sentido, o discurso hegemônico se mostra cúmplice silencioso dos aparatos de dominação de classe, gênero, do racismo e colonialidade, mas também da objetificação da natureza, ainda que incorporando a questão ambiental.

Foi constatado que os discursos contra o desmatamento ilegal e a proteção da Amazônia, entre outros, tratam de uma reparação da imagem dos atores dominantes frente à comunidade internacional. Este fator reforça o papel da geopolítica dos países do capitalismo central nos interesses de conservação dos recursos naturais de países periféricos.

Portanto, a ABAG e seus parceiros se posicionam como uma vanguarda entre atores hegemônicos ao defender uma acepção positiva da questão ambiental. Esse protagonismo se manifesta na tentativa de articular um discurso que concilie a alta produtividade agrícola, a acumulação e circulação de capital e a exportação de commodities com a ideia de sustentabilidade. Ao assumir essa posição, a ABAG busca consolidar um bloco coeso que moldam a narrativa sobre o uso dos recursos naturais, legitimando um modelo de desenvolvimento que, em tese, preservaria o meio ambiente sem comprometer os interesses econômicos do setor.

No entanto, essa abordagem não implica que todos os atores hegemônicos nos sistemas agroalimentares compartilhem dessa visão (Pompeia, 2021). O discurso analisado não apenas disputa os sentidos da sustentabilidade, mas também ressignifica o próprio processo de apropriação da natureza, mas não o faz de maneira uníssona.

A acepção positiva da questão ambiental, tal qual da segurança alimentar (Pompeia & Schneider, 2021) são arenas de embate com atores subalternos dos sistemas agroalimentares. Movimentos sociais do campo, instituições não

governamentais, universidade e demais atores somam-se na denúncia das consequências depredatórias e desiguais do modelo de produção agropecuária imposta pelo agronegócio. Como exemplo, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em diálogo com povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos sociais do campo e da cidade, projetam um discurso contra-hegemônico com efeito de positivar a existência subalterna de outros modos de fazer agricultura e de que é possível produzir alimentos saudáveis sob outras formas de relações socioambientais (Romanini Netto, 2024).

É possível então considerar que a questão ambiental é uma importante arena política de disputa entre sistemas agroalimentares e, sobretudo, entre as organizações que visam representar atores protagonistas de sistemas agroalimentares. Foi possível destacar o papel essencialmente discursivo e semiótico da disputa referida. O que está em jogo, enfim, é a disputa de poder entre distintos modos de relação sociedade e natureza e, portanto, de quais grupos têm o direito de se apropriar da natureza não-humana e de decidir a forma com que grupos humanos vão estabelecer esta relação.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa na forma de bolsa.

Referências

Altieri, M. A., & Toledo, V. M. (2011). The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasant Studies*, *3*8(3), 587–612. https://doi.org/10.1080/03066150.2011.582947

Aráoz, H. M. (2016). O debate sobre o "extrativismo" em tempos de ressaca: A natureza americana e a ordem colonial. In G. Dilger, M. Lang, & J. Pereira Filho (Eds.), *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento* (pp. 444–468). Fundação Rosa Luxemburgo.

Bruno, R. (2010) Agronegócio, palavra política. In: Anais do VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural. GT-19. Representação de interesses patronais e agroindustriais na América Latina. Recife/Porto de Galinhas.

Bruno, R. (2017) Bancada Ruralista, Conservadorismo e Representação de Interesses no Brasil Contemporâneo. In: Flexor, G. & Maluf, R. (org.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais*: conjunturas e políticas públicas. E-papers. 1: 155-168.

Cabral, L., Pandey, P. & Xu, X. (2022) Epic narratives of the green revolution in Brazil, China, and India. *Agriculture and Human Values*, *39*(1), 249-267. https://doi.org/10.1007/s10460-021-10270-x

Césaire, A. (1977) *Discursos sobre o colonialismo*. Sá da Costa.

Associação Brasileira do Agronegócio. (2021). *Anais do 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Nosso carbono é verde*. https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/01/ANAIS-CongAbagB3-2021-1ppV2608.pdf

Associação Brasileira do Agronegócio. (2022). *Anais do 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Integrar para fortalecer.* São Paulo. https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/09/ANAIS-CBA-2022-ABAG.pdf

Associação Brasileira do Agronegócio. (2023). *Anais do 22º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Brasil agro – inovação e governança*. São Paulo. https://abag.com.br/wp-content/uploads/2023/09/anaiscba2023-abagb3v1409.pdf

Associação Brasileira do Agronegócio. (2024). *Anais do 23º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Biocompetitividade.* São Paulo. https://abag.com.br/categoria/anais-cba/

Associação Brasileira do Agronegócio. (2025). *Anais do 24º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Agroalianças.* São Paulo. https://abag.com.br/wp-content/uploads/2025/09/ANAIS-CBA-Abag-B3-2025-.pdf

Dantas. C. (2019) Queimadas aumentam 82% em relação ao mesmo período de 2018. *G1*. https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/19/queimadas-aumentam-82percent-em-relacao-ao-mesmo-periodo-de-2018.ghtml.

David, M. L. & Camana, A. (2023) *Cacofonias de sustentabilidade*: *novos arranjos em governança ambiental na cadeia da soja no Brasil*. Sopas, Ibirapitanga.

Delgado Ramos, G. (2014) Metabolismo social y el bien común de la humanidad: ecología economía y política. In: G. Delgado Ramos (Coord.). *Buena vida, buen vivir*: *imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad*. UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. pp. 145-184.

Escher, F. (2020) Class dynamics of rural transformation in Brazil: a critical assessment of the current agrarian debate. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, *9*(2). https://doi.org/10.1177/2277976020928832

Escher, F., & Wilkinson, J. (2019). A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. *Revista De Economia E Sociologia Rural*, *57*(4), 656–678. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017

Escobar, A. (1998) *La invención del Tercer Mundo***:** construcción y deconstrucción del desarrollo. Editorial Norma.

Fairclough, N. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, *25*(2), 307-329. https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329

Federici, S. (2019) *O ponto zero da revolução***:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante.

Floriani, D. (2016) As retóricas da sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e políticos no contexto de "Modernidades Múltiplas". In: Floriani, D. & Elizalde Hevia, A. (orgs.) *América Latina. Sociedade e Meio Ambiente*: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento. Editora da UFPR. 139-172.

Foladori, G. (2001) O metabolismo com a natureza. *Crítica marxista*, 12, 105-117.

Food and Agriculture Organization of The United Nations. (2023). *Os povos indígenas e tribais e a governança florestal.* https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/982d7a34-af92-4f50-8bf7-2c948f6067b2/content.

Fonseca, A., Justino, M. & Veríssimo, A. (2020) Janeiro registra aumento de 74% no desmatamento da Amazônia, mostra Imazon. *Imazon*. https://imazon.org.br/imprensa/janeiro-registra-aumento-de-74-no-desmatamento-da-amazonia-mostra-imazon/.

Foster, J. B. (2005) *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Civilização Brasileira.

Frederico, S. & Almeida, M.C. de. (2025). Escala geográfica e land grabbing: capital financeiro e grilagem de terras no Matopiba, *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, *29*(1). https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2025.222544.

González de Molina, M., Petersen, P. F., Garrido Peña, F. & Caporal, F. R. (2021) *Introducción a la agroecología política*. 1. ed. CLACSO.

Grosfoguel, R. (2008) Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80. https://doi.org/10.4000/rccs.697

Gudynas, E. (2011) Debates sobre el desarrollo and sus alternativas en América Latina: una breve guía heterodoxa. In: Lang, M. & Mokrami, D. (ed.). *Más allá del desarrollo*. Fundación Rosa Luxemburgo, 21-53.

Hall, S. (2003) Significação, representação, Ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: Hall, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.

Harvey, D. (2004) *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola.

Hettwer, H. R. (2022) A dinâmica da indústria brasileira de máquinas agrícolas diante da desnacionalização e desindustrialização. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, 24. https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.22561

Instituto Centro de Vida. (2024) *O Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) e a sua aplicação no Brasil: Briefing ICV para viagem – março 2024*. https://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2025/01/eudr-briefing-icv-para-viagem-marco-2024.pdf.

Infante-Amate, J., Urrego-Mesa, A., Piñero, P. & Tello, E. (2022) The open veins of Latin America: long-term physical trade flows (1900–2016). *Global Environmental Change*, 76. https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102579

Jeziorny, D. L., Rech, L. T., Kuhn, D. D., & Santos, H. H. K. dos. (2024). Caminhos do capital financeiro no espaço agrário brasileiro: elementos para o debate dos conflitos hídricos no Mato Grosso, Brasil. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, *26*(1). https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202412pt

Laclau, E. & Mouffe, C. (2015) *Hegemonia e estratégia socialista*: por uma política democrática radical. Intermeios.

Leff, E. (2015). Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35. https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381

Leff, E. (2021) A geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: da capitalização do mundo à *expropriação* social da natureza. In: E. Leff, *Ecologia Política*: *da desconstrução do capital à territorialização da vida*. Editora da Unicamp, pp. 111-142.

Leite, A. C. C., & Rodrigues, B. S.. (2024). Novo boom das commodities e a crescente participação chinesa na estrutura de comércio exterior do Brasil. *Economia e Sociedade*, *33*(3), e282056. https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.282056

Linhares, M. Y. (1996) Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Tempo*. *1*(2), 135-150.

Lins, H. N. (2025) Estado, capital e território: o avanço do agronegócio da soja na Amazônia. *Espaço e Economia*, 29. https://doi.org/10.4000/14yvy.

Lu, F., Gray, C., Bilsborrow, R. E., Mena, C. F., Erlien, C. M., Bremner, J. & Walsh, S. J. (2010). Contrasting colonist and indigenous impacts on Amazonian forests. *Conservation Biology*, *24*(3), 881-885. https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2010.01463.x

Luzzi, N. (2007) O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. [Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro].

Machado, L. (2019) O que se sabe sobre o 'Dia do Fogo', momento-chave das queimadas na Amazônia. *BBC News Brasil*. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037.

Marx, K. (2004) *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo.

Matos, P. F. de, & Pessôa, V. L. S. (2014). A apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. *Revista Campo-Território*, *9*(17), 6-26. https://doi.org/10.14393/RCT91721597

Meadows, D. et al. (1978) *Limites do crescimento*. Perspectiva.

Moreira, M. (2017) Fusão entre BM&FBovespa e Cetip cria a B3, 5ª maior bolsa de valores do mundo. *Agência Brasil*. https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/fusao-entre-bmfbovespa-e-cetip-cria-b3-5a-maior-bolsa-de-valores-do-mundo.

Niederle, P. & Wesz Junior, V. J. (2022) A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 42. 507–520. https://doi.org/10.37370/raizes.v42iEspecial.3781

O'connor, J. (2012) Capitalismo e meio ambiente. *Revista Novos Rumos*, 21. https://doi.org/10.36311/0102-5864.8.v0n21.2211

Oviedo, A. F. P.& Doblas, J. (2022) As florestas precisam das pessoas. *Nota técnica*. Instituto Socioambiental. https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/florestas-precisam-das-pessoas

Pacheco, L. C. (2023) *A oligopolização do mercado de sementes por empresas estrangeiras no Brasil e as suas consequências econômicas*. Editora Dialética.

Pierri, N. (2005) Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: Foladori, G. & Pierri, N. *¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial, 27-81.

Pompeia, C. (2021) *Formação política do agronegócio*. Elefante.

Pompeia, C. & Schneider, S. (2021). As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 57. https://doi.org/10.5380/dma.v57i0.89179

Porto-Gonçalves, C. W. (2015) Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola, *Polis*. 41.

Quijano, A. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander. (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Clacso. 107–130.

Rede Penssan. (2022) *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.* Fundação Friedrich Ebert.

Rede Penssan. (2024) *III Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil*. Fundação Friedrich Ebert. https://olheparaafome.com.br/

Romanini Netto, E. (2024) *Apropriação e reapropriação social da natureza: disputas entre diferentes sistemas agroalimentares*. 2024. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Repositório Digital Institucional da UFPR. https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/94501

Sauer, S. (2008) *Agricultura familiar versus agronegócio*: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Embrapa Informação Tecnológica.

Severo, M. (2023) A classe média rural brasileira e o agronegócio: cooptação e hegemonia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 120, 123-166. https://doi.org/10.1590/0102-64452023120e004

Schilling-Vacaflor, A., Lenschow, A., Challies, E., Cotta, B. & Newig, J. (2021) Contextualizing certification and auditing: Soy certification and access of local communities to land and water in Brazil. *World Development*, 140, 105281. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105281

Svampa, M. (2012) Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista del Observatorio Social de la América Latina.* 32, 15-38.

Svampa, M. (2019) *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina***:** conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Editorial UCR.

Tixiliski, G. O. (2022) Entre boiadas e monoculturas: o processo de *land grabbing* no Brasil do século XXI. *Revista IDeAS*, 16, 1-22.

Toledo, V. M. (2013) El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. *Relaciones. Estudios de historia y sociedad*, *34*(136) 41-71. https://doi.org/10.24901/rehs.v34i136.163

Wallerstein I. (2006) *World-Systems analysis*: An introduction. Duke University Press. 4th printing.